

Passarinho não vê motivo para ouvir Arraes

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), explicou ontem que o deputado Miguel Arraes (PSB-PE) não foi convocado pela comissão porque não cometeu nenhuma transgressão à legislação. Arraes aparece nos documentos da construtora Norberto Odebrecht por ter solicitado recursos para a sua campanha ao governo de Pernambuco, o que é permitido pela nova legislação eleitoral, segundo Passarinho.

Em nota à imprensa, Arraes disse tratar-se de um conjunto de duas folhas datilografadas, sem assinatura, em que um dos nomes citados é o seu como tendo supostamente solicitado apoio financeiro à referida empresa, o que nunca existiu. "Esse papel não foi reconhecido pelos integrantes da CPI como elemento capaz de gerar uma investigação, por sua evidente inconsistência. Não obstante, o papel foi passado a uma parte da imprensa, gerando noticiário danoso à minha pessoa", explicou.

A divulgação da lista de 42 parlamentares citados nos documentos da Odebrecht, assim como a decisão da CPI de quebrar o sigilo bancário de mais dez suspeitos de corrupção, provocou novas reações dos acusados. O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) disse que vai interpelar judicialmente a empreiteira Norberto Odebrecht para saber porque seu nome foi anotado em documento apócrifo da empresa. Ele afirmou que desconhece também a razão do percentual citado ao lado de seu nome e lembrou que já havia pedido ao senador Passarinho para ser o primeiro da nova lista a depor na comissão.

Vilela alega ser vítima de uma

trama, admitindo interesse "de quem esteja sujo nesses escândalos de jogar lama em pessoas acima de qualquer suspeita". Citou o deputado Miguel Arraes como uma das vítimas que poderia beneficiar a Odebrecht. Com esta emenda, a empresa assinaria um contrato para despoluir o riacho Salgadinho, em Maceió, mas o contrato foi cancelado no ano passado.

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) também fez questão de lembrar que ele próprio já havia pedido de Nova Iorque, a quebra de seu sigilo bancário, interrompendo a missão oficial como observador do Congresso Nacional na Assembléia-Geral da ONU. Tinoco afirmou que nunca se preocupou em defender interesses de empresas e disse que apresentar emendas ao Orçamento, viabilizando obras de interesse coletivo, "é um dever e obrigação dos parlamentares".

Outro acusado, o deputado Osmânio Pereira (PMDB-MG), disse que o relatório da Odebrecht menciona o cargo de relator parcial do Fundo Nacional de Saúde (FNS), ocupado por ele em 1992, mas não cita seu nome.

Pereira disse que a emenda que motivou sua associação ao esquema das empreiteiras vinha da bancada do Mato Grosso do Sul. E tratava da liberação de CR\$ 5 milhões (antigos) para o Hospital do Câncer daquele Estado. Segundo o deputado, a emenda foi aprovada por ele, como relator parcial do FNS, em 1992, e em seguida modificada pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE).

O presidente da Comissão de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB), chegou a dizer que a presença de seu nome na lista da Odebrecht é um verdadeiro atestado de idoneidade moral. Ele aparece entre os que foram procurados pela empresa em função dos cargos importantes que ocupam. "Esse documento apenas demonstra o respeito pela pessoa do presidente da Comissão de Orçamento", acrescentou.